

RESENHA 1

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

RODRIGO CANTARELLI¹

Maria Cecília Londres, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, foi pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural e diretora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória, no período em que esta Fundação publicou *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*², em 1980. Este livro apresenta uma cronologia das ações legislativas e dos projetos apresentados para a criação de um serviço nacional de proteção do patrimônio. O ponto de partida desse *catálogo* é a carta enviada pelo Conde de Galveias ao governador de Pernambuco, em 1742, iniciativa isolada e sem repercussões maiores, considerada o embrião das preocupações com a defesa do patrimônio que, supostamente, só se concretizaram com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, SPHAN, em 1937. Esse tema da trajetória política federal de preservação no Brasil é o foco principal d'O *Patrimônio em Processo*, publicado pela primeira vez em 1997.

O texto está organizado em duas partes, na primeira delas, a autora discute as noções de patrimônio e a trajetória do conceito ao longo da história ocidental, além de reconstituir o percurso pelo qual o conceito passou ao longo do tempo e como foi se alterando durante o século XX. Já na segunda parte, dividida em três capítulos, Cecília Londres discute, de fato, como se deu a criação do SPHAN e as formas como o órgão trabalhou ao longo dos anos seguindo a mesma periodização do *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*, divididas em duas fases, Heroica e Moderna, para então discutir as práticas de tombamento entre os anos de 1970 e 1990.

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPE, Mestre em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO. Funcionário da FUNDAJ. E-mail: rodrigocantarelli@gmail.com

² BRASIL, 1980.

Na chamada *Fase Heróica*, dominada pela figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a autora ressalta a importância e o pioneirismo dos intelectuais Modernistas em elaborar, a partir de suas próprias concepções de arte, história, tradição e nação, o conceito de patrimônio adotado pelo Estado através do SPHAN, no entanto desconsiderando as contribuições de outros intelectuais que também tiveram um papel fundamental na constituição de uma política nacional de preservação do patrimônio, como Gilberto Freyre e Gustavo Barroso, que, desde a década anterior, já empreendiam ações com tais objetivos. A construção de uma memória pioneira para os Modernistas abarca os mais diversos campos, como, por exemplo, o da Arquitetura, é quando a autora defende que a Arquitetura Moderna só foi introduzida no Brasil a partir do contato dos Modernistas com o arquiteto francês Le Corbusier, desconsiderando também iniciativas pioneiras como a de Gregori Warchavchik, em São Paulo, e Luiz Nunes, no Recife.

Cecília Londres nesse trabalho assume o discurso modernista que construiu para o SPHAN uma imagem de pioneiro das práticas de preservação patrimonial no Brasil, e isso fica claro quando ela critica o estilo Neocolonial, chamando-o de *cópia cujo efeito era evocar o passado*³, argumento semelhante ao usado pelos arquitetos modernos para desmerecer essa arquitetura. O neocolonial, mais do que uma manifestação arquitetônica, configurou-se como um fenômeno cultural amplo, inserindo-se plenamente no impulso nacionalista verificado em toda a América Latina. Ele, bem ou mal, ele estimulou o interesse pelo estudo da arquitetura colonial brasileira, condição imprescindível para qualquer iniciativa preservacionista. No Brasil, o Neocolonial foi o primeiro momento no qual se viu a arquitetura feita no período colonial como detentora de valores artísticos, que serviram de base para a criação de uma nova arquitetura relacionada ao passado da nação.

O texto ainda argumenta como o passado da nação foi sendo inventando naquele momento, com locais e períodos muito bem definidos: Minas Gerais durante o Ciclo do Ouro. Minas foi eleita como o berço da nação brasileira, detentora das mais elaboradas construções e povoada por grandes heróis nacionais, como Tiradentes. Uma escolha bastante natural, uma vez que muitos dos intelectuais modernistas que estavam por trás dessa construção da nação brasileira eram mineiros e, através desses discursos, mostravam como o seu sentimento preservacionista eram um reflexo dos seus próprios interesses de classe.

³ FONSECA, 2005. p.91.

A autora prossegue com um minucioso detalhamento da institucionalização da preservação do patrimônio a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, analisando o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade e o decreto-lei 25, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, de fato, instituiu o SPHAN. Além disso, ela trabalha com as primeiras ações do órgão, mostrando suas prioridades e os seus limites naquele momento crucial para a questão da preservação do Patrimônio no Brasil. Foi um momento de grande valorização da arquitetura religiosa produzida no período colonial.

No quarto capítulo, Cecília Londres trata da chamada *Fase Moderna* do órgão, que se dá a partir dos anos de 1970, com a saída de Rodrigo e a ascensão de Aloísio Magalhães nesse campo, o que causa grandes transformações nas ações do SPHAN. Nessa parte, a autora faz um preciso, e detalhado, relato do contexto cultural que favoreceu as transformações na postura do SPHAN, mostrando como diversas questões emergentes naquele momento começaram a entrar em conflito com as práticas até então adotadas de valorização dos monumentos vinculados à cultura do colonizador. A autora ainda trabalha com o conceito de *bem cultural* de Aloísio, mostrando como esse conceito e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural alterou as práticas do SPHAN. Em muitos momentos, nesse capítulo, a impressão que se tem é o texto é mais um *depoimento* de alguém que presenciou essas mudanças do que uma análise crítica das mesmas, como acontece no capítulo anterior, o que, de forma alguma, desmerece o que está escrito ali.

Por fim, o último capítulo trata de uma análise da prática dos tombamentos que ocorreram entre os anos de 1970 e 1990, mostrando a sistemática desses processos, as origens desses pedidos e os embates daquele momento que levaram ao tombamento ou não desses bens, se detendo em casos emblemáticos para historiografia da preservação do patrimônio no Brasil, como o tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador. O texto ainda explora como o SPHAN, de uma forma muito particular, diferenciava os valores históricos dos artísticos. Segundo Aloís Riegl, essa distinção não faz sentido, para ele todo monumento histórico também seria artístico⁴, uma vez que nele também estão registradas informações relativas ao período da história da arte no qual ele está inserido, mesmo que, em alguns casos, essas informações sejam de pouca importância. Segundo essa ótica, ele defende que o *monumento artístico* é na realidade um *monumento de*

⁴ RIEGL, 2006, p.45.

história da arte, sendo preferível se adotar a determinação de *monumento histórico* para todos eles.

O trabalho de Cecília Londres é de extrema importância e essencial para quem trabalha com as questões da institucionalização, pelo estado brasileiro, de uma política de preservação do patrimônio. Embora ele acompanhe muito detalhadamente a trajetória política federal e o modo como ela foi implementada no Brasil, ele apenas cita pontualmente os casos precursores, como os das Inspetorias Estaduais de Monumentos criadas nos anos de 1920 e *esquece* da Inspetoria de Monumentos criada no Museu Histórico Nacional em 1934, que foi extinta para dar lugar ao SPHAN. O texto, focado em dois momentos de grande importância para a historiografia do assunto, os períodos de 1930-1940 e 1970-1980, é uma contribuição indispensável à reflexão sobre esses momentos, que oferecem subsídios de extrema relevância para a reavaliação das ações institucionais do SPHAN, hoje IPHAN, nos seus mais de setenta anos de existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: UCG, 2006.